



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

# DOCUMENTOS HISTÓRICOS

## REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Manifesto á Nação, do Exmo  
Sr. Dr. GETULIO VARGAS,  
Chefe do Governo Provisorio, lido  
por S. Ex. em sessão solene, no  
edifício da Camara dos Deputados,  
em 14 de maio de 1932.



## A' NAÇÃO BRASILEIRA

A época de renovação e reconstrução que atravessa o país precisa ser encarada dentro da realidade brasileira, consultando as nossas tradições e a experiência dos erros anteriores, considerados como lições para o futuro. Cumpre-nos fugir ás seduções do puro doutrinismo, ás influencias dos ideais de empréstimo e das novidades perigosas. Semelhante atitude não implica, entretanto, em ficarmos inertes, comodamente apáticos, indiferentes ás conquistas do pensamento politico contemporaneo, sonhando, por preguiça mental, a volta automatica ao passado.

Os problemas nacionais exigem apurado exame, feito com criterio proprio e sentido previdente, para que possamos resolvê-los com segurança e acerto.

A visão incompleta dos fatos e dos acontecimentos conduz, quasi sempre, a conclusões aparentemente exátas, cujas deficiencias a aplicação torna evidentes, demonstrando a ineficacia das formulas, quando não correspondem ás necessidades ambientes.

## O EXEMPLO DO PASSADO

Entre nós, os republicanos de 89 foram vítimas desse erro de visão. Implantando a República, adotaram o regimen federativo e presidencial e construíram monumento politico teoricamente perfeito, que concretizava todas as garantias inherentes aos governos democraticos. Só mais tarde verificaram, com desencanto, a falta de relação entre a obra ideada e a realidade, sentindo-a inadaptable ás condições especiais do meio, contraste que se traduzia na frase desalentadora de não ser esta a República que haviam sonhado.

A nossa organização republicana, conformada segundo a teoria dos compendios, e á qual o temperamento liberal do povo brasileiro emprestára prestigio doutrinario excessivo, deixava passar pelas malhas frouxas das suas leis os germens dissolventes que haveriam de enfraquecer e perturbar o processo evolutivo da nacionalidade. A' sombra de tal regimen, que alheava o Estado dos problemas basicos da sociedade, a politica perdeu toda significação ideologica e, em pouco, se tornou simples atividade eleitoral, sujeita a fases ciclicas e circunscrita exclusiva e incondicionalmente á conquista e manutenção do poder. Na mentalidade partidaria, desaparecera o espirito publico, substituido pelas propensões egoistas.

Consequencia dessa inversão de moral politica, foi o falseamento do regimen implantado. A perfeição teorica do conjunto não evitou que os governantes se sobrepussem ás instituições, violando as leis, defraudando o patrimonio da nação e comprometendo-lhe o

credito. Não acuso pessoas, nem declino nomes: analiso fatos.

Os diversos movimentos de rebeldia que inquietaram o país, durante os ultimos quarenta anos, por mais dispares que fossem na aparencia de suas causas imediatas, quasi todos invocavam, como origem primaria, a falta de cumprimento da Constituição de 24 de Fevereiro.

A violação da lei basica da Republica erigira-se em argumento justificativo dessas manifestações de descontentamento crescente, sempre fracassadas, pela precaria associação de seus elementos ou porque, imaturas de começo, não encontrassem a necessaria receptividade na alma popular.

#### PRIMORDIOS DA REVOLUÇÃO

Os primordios da revolução brasileira aparecem nos episodios de continuada rebeldia de alguns vanguardeiros. Certa angustia intraduzivel trazia contida nos seus pronunciamentos a consciencia das massas, cujo animo revolucionario, não organizado, mercê das dificuldades geograficas e politicas de contacto entre os homens, flutuava ao sabor das correntes de reacção, sem definir-se ou aderir a seus propositos. Quem não perceberia, porém, o potencial de revolta em tensão, a que faltava, apenas, agente propulsor.

A cadeia historica desses diversos impulsos de rebeldia teve sua expressão mais caracteristica no puritanismo civico dos movimentos de 22, 24, 26 e 27. Caldeada nessas tentativas, a revolução far-se-ia, ne-

cessariamente, no momento em que se extremasse o conflito existente entre a mentalidade nacional e os interesses dos agrupamentos partidários, impossibilitando qualquer conciliação.

Os partidos políticos, como interpretes do pensamento nacional, haviam desaparecido. Os processos de representação abastardavam-se. As eleições transformaram-se, aos poucos, em verdadeira burla: os eleitores votavam sem liberdade de escolha, ou a áta falsa substituíva, sumariamente, a vontade do eleitorado.

#### O PAIS ANTES DA REVOLUÇÃO

Os vinte Estados, em que se subdividira o mapa do Brasil, anulando o poder de representação, válvula de segurança do regimen, com raras exceções, debatiam-se prêsas de governos oligarquicos, que exploravam, em beneficio proprio, as posições e os proventos materiais.

Os governadores, em concilio, elegiam o Presidente da Republica, que, por sua vez, determinava sobre a substituição dos governos locais. Os deputados eram simples mandatarios da vontade arbitraria dos regulos estaduais, cujo desplante atingia o extremo de indicarem, ás vezes, até aqueles que deviam hipoteticamente representar a opposição.

Terminado o mandato, os Governadores aposentavam-se no Senado, ocupando o lugar dos que iam substituí-los nos Estados, em um revesamento atentatorio da moral politica. A velha e respeitavel instituição transformára-se em remanso de repouso farto, pittorescamente caracterizada por um parlamentar illustre

da época, como uma "maternidade para a desóva das oligarquias".

Nesta atmosfera de convenções e de artificios, a advocacia administrativa, instituída como profissão paralela aos mandatos políticos, delapidava o Tesouro e corrompia a vida pública do país, oscilando entre o Congresso e as repartições. A justiça, principalmente a dos Estados, falhava na sua alta magistratura. Seleccionada pelo favoritismo dos poderosos, mal remunerada e sem garantias indispensáveis, carecia da necessária independência de julgamento.

Em semelhante regimen, assinalado pela irresponsabilidade, os Presidentes da Republica governavam, de fato, discricionariamente, contidos, a ocasiões, nos seus excessos, mais por escrupulos de pudor pessoal ou contemporizações com a opinião pública, que pelos freios e contrapesos da maquina constitucional, sempre doces á chancela de seus atos.

A ausencia de correntes gerais de idéas e principios, contendo os problemas essenciais ligados ao desenvolvimento do país e expressos em claros programas partidarios, permitia a cada Presidente impor programa proprio, de plataforma convencional, vasia de sentido, acarretando lamentavel descontinuidade administrativa.

Viviamos, economicamente, no pleno dominio do empirismo e do desalento. No tocante á exploração metódica das nossas fontes de riqueza, desordenadamente aproveitadas, a ação governamental, por vezes inoportuna, era esteril e contraproducente.

Entre alternativas de prosperidade e decadencia, permitimos que outros países, com maior capacidade de

organização, nos vencessem na concorrência internacional, disputando a primazia, nos mercados mundiais, de produtos daqui transplantados e originariamente nossos.

As intervenções dos poderes públicos ressentiam-se da falta de planos adequados para a organização e amparo das culturas e indústrias nacionais, limitando-se a tentativas de valorizações efêmeras, num conjunto de operações e processos causadores de futuros desastres econômicos.

Financeiramente, o esbanjamento sem medida, o favoritismo, as obras suntuárias acarretavam formidáveis *deficits*, cobertos, de modo nefasto e permanente, por empréstimos ao capitalismo estrangeiro, aumentando, de ano para ano, os onerosos encargos da dívida pública.

Eis o regime abatido pela revolução de 1930.

#### GENESE DO MOVIMENTO

Tal estado de cousas gerára duas mentalidades antagonicas, dentro da vida cívica nacional: uma refletia o espirito partidario das classes de governo, que a insuficiência do regime vigente levára a menoscar as proprias fontes de nossa formação política; a outra, a consciência cívica do povo brasileiro, abandonado pelos seus condutores e desatendido nas suas solicitações mais imperativas, só tendo pelos governos aversão, indiferença ou desprezo, e sempre pronta a aplaudir as atitudes de rebeldia.

A inquietação da alma brasileira, agravada pela crise econômica, oriunda do fracasso da valorização do café, e o abalo produzido pela crise financeira, prove-

niente da derrocada do plano de estabilização, coincidindo com a grave crise civica da sucessão presidencial da Republica, convergentemente criaram a situação que a força oculta dos acontecimentos já de muito preparára.

#### A ALIANÇA LIBERAL

A reação politica, de que resultou a campanha presidencial, congregando, nas lutas parlamentares e nos comicios civicos, os elementos componentes da Aliança Liberal, intensificou a preparação da sociedade brasileira para as suas mais altas reivindicações, embora outro fosse inicialmente seu objetivo. Sob a bandeira por ela desfraldada, encontraram-se, confraternizando, o tradicionalismo democratico e as irrequietas vanguardas revolucionarias, já distanciadas do credo politico, geralmente aceito, avançando, rumo a soluções mais radicais e profundas. Mas o que, antes de tudo, caracterizava e limitava o movimento representado pela Aliança, era o plano das reivindicações propriamente partidarias, circunscrito á adoção de novo sistema eleitoral e a objetivos constitucionais imediatos, procurando resolver, dentro do regimen e da ordem de cousas estabelecidas, o problema central da politica brasileira, que consistia no divorcio consumado entre o governo e a nação.

Quebrára-se a unidade, até então mantida, pelas classes dirigentes, permitindo que uma fração delas tomasse o partido das aspirações populares. Tratava-se de um movimento politico e eleitoral, desencadeado dentro dos moldes existentes. Orientava-o, ainda, o antigo puritanismo dos propagandistas da Republica,

que, através dos comícios e da voz inflamada de seus arautos, reagia contra o falseamento do padrão constitucional de 91.

O problema, porém, era mais profundo e mais amplo. Fracassava o regimen e não apenas os homens e os partidos. A obra politica criada deixára a nação fóra do Estado e a reação anunciava-se inevitavel. Os pronunciamentos da opinião publica, provocados pela campanha liberal, ultrapassavam as formulas que ela propunha. Sentia-se, nas correntes propulsoras do movimento da Aliança Liberal, marcado desinteresse pelas suas manobras estrategicas e resultados de caráter politico, porque se inclinavam, francamente, á solução mais extremada, de ordem social e economica.

Os futuros historiadores, ao retraçarem este periodo agitado da vida brasileira, distribuirão, certamente, á Aliança Liberal seu verdadeiro papel: dar fórmula transitoria ás aspirações populares e permitir que, num ambiente social de contacto difficil e lento, como o nosso, se constituísse a unidade que impediu a resistencia do Governo e destruiu, em torno dele, todos os redutos da legalidade.

Vencida, nas urnas, pela fraude, a Aliança Liberal encerrou normalmente sua missão. Uma grande força, em que a consciencia nacional se encarnava, continuou no entanto, a influenciar o espirito das massas, evidenciando que o problema não fôra resolvido, antes se complicára em seus termos, conjugando as necessidades politicas do país com os imperativos da dignidade nacional e exigindo se conquistasse pelas armas o que não se obtivéra pelos meios legais. Esta força gerou a revo-

lução de Outubro, cujos efeitos de ordem politica e social não poderiam restringir-se aos postulados da Aliança Liberal. Como processo violento, aplicado á transformação de um regimen em bancarrota, ela sómente se condicionaria ás necessidades impostas pelo momento excepcional em que teria de atuar para reconstruir, de alto a baixo, o arcabouço institucional do país.

O programa da Aliança Liberal continha muita cousa aproveitavel, mas, sómente ele, não bastava para satisfazer ás necessidades e ás conquistas da revolução.

#### ATITUDE INICIAL DO GOVERNO PROVISORIO

A reação pelas armas não antecipou programas para impor-se ao povo brasileiro, nem isso seria imprescindivel. Movimentos desta natureza se orientam menos por clausulas préviamente assentadas do que pelo instinto da realidade posterior aos acontecimentos.

Dissertam, levianamente, os que accusam o Governo Revolucionario pela falta de diretrizes predeterminadas. Esquecem, porém, que tais diretrizes não podem ser traçadas arbitrariamente. Elas devem originar-se e distender-se, segundo os anseios do povo e as injunções das necessidades nacionais.

Encontramos o país num ambiente politico-administrativo de panico, e, para modificá-lo, tivemos de empregar esforços inauditos. O movimento subversivo arrastára elementos de varia procedencia, que a hora da luta congrega e as exigencias do trabalho reconstrutor dispersam.

Em país vasto, qual o nosso, com uma população esparsa em nucleos afastados, de aspirações politicas e

exigencias administrativas diversas, era fatal que surtisse correntes revolucionarias distintas pela sua ideologia, embora marcadas todas pela mesma elevação moral e identico patriotismo. Que admira se houvessem refletido na atuação governamental essas tendencias contraditorias, cujo antagonismo de superficie a ação coordenadora do Chefe do Governo conseguiu neutralizar, em beneficio dos interesses superiores da comunhão!

O Governo Provisorio não fez politica, no sentido de submeter-se aos postulados e ás solicitações dos interesses de partidos, de classes ou facções. Todo seu esforço consistiu em firmar a ordem material, para tornar possível a realização dos melhoramentos e reformas exigidas pela nova situação do país.

Preocupado em resolver os problemas urgentes de administração, pedimos treguas ao partidarismo, deixando livre curso ás tendencias e manifestações do espirito civico do povo brasileiro. O Governo Provisorio e seus delegados nos Estados têm-se mantido em attitude serena e imparcial, que não implica, decerto, em hostilizar as organizações politicas, cuja atividade e formação desejaria, ao contrario, se desenvolvessem livremente, como meio de disciplinar as correntes de opinião, dentro da ordem e pela afinidade das idéas. O asserto torna-se tanto mais procedente quanto é reconhecido e proclamado o mal da falta de partidos nacionais, pois os raros que existem têm estructura e finalidades de caráter regional. No quadro da nossa vida publica, sómente agora, após a revolução, começam a esboçar-se as primeiras tentativas de formações partidarias, de sorte que ainda não é possível

caracterizá-las segundo as suas tendências e objetivos. A influencia do movimento revolucionario, nesse terreno, é mesmo diversamente apreciada. Para alguns, teve o efeito de alterar o panorama da politica nacional, abrindo margem ao aparecimento de novas organizações partidarias, cujo avanço julgam inevitavel; para outros, afigura-se necessaria a manutenção dos antigos partidos locais, cujas idéas ou programas se confundiram na luta, e que a tradição, sómente, separa; enfim, ainda outros antigos dominadores das coligações oligarquicas que infelicitavam o país, tentam ressurgir e procuram, novamente, impor-se, em meio á confusão criada pelas ambições politicas.

Entre as aspirações em choque, o papel do Governo Provisorio não póde ser o de parte interessada e contendor. Cabe-lhe, apenas, coordenar esforços para tornar efetiva a obra saneadora da revolução, sob o seu duplo aspecto material e moral.

Obediente a este criterio, tem agido e continuará a agir serenamente.

Com efeito, triunfante a revolução, impunha-se extinguir a desordem reinante em todos os sectores da administração publica, para só depois cogitar da reconstrução politica. Os erros e os vícios avultavam de par com os compromissos que oneravam a vida financeira do país. O quadro esboçado assume maiores dimensões, se refletirmos que a responsabilidade do Governo se estendeu simultaneamente á União e aos Estados. Só assim, é possível perceber a grande soma de dificuldades a vencer para recompor, eficaz e seguramente, o aparelho administrativo e financeiro do país, quando a quasi

maioria das suas unidades se ressentia de males identicos, agravados, em alguns casos, a limite inacreditavel.

Em face da herança calamitosa, deixada pela primeira Republica, consistiria excesso de otimismo supor que, em curto prazo, fosse possivel restituir á Nação sua vida normal, sem risco de reincidir, pelo menos parcialmente, nos antigos erros que a levaram á ruina.

Compreende-se que o restabelecimento da normalidade constitucional, antes da revolução produzir seus efeitos imediatos e beneficos, seria apenas a restauração do passado, com as causas determinantes do movimento reivindicador. Se isso sucedesse, legitimar-se-ia o argumento negativista, frequentemente invocado, de que lhe fôra objetivo substituir homens, e não renovar instituições, quadros e metodos de governo.

Toda essa decomposição, a que tivemos de aplicar o remedio heroico da força, se processou no decorrer de quarenta anos de regimen constitucional. Seria criterio simplista, senão ingenuidade, acreditar que tudo estaria saneado com a volta automatica do país á legalidade, que propiciára aquele deploravel estado de cousas. Semelhante terapeutica fatalmente falharia, quando empregada em debelar males antigos, cronicos e profundos.

A exagerada importancia, que se pretende conferir aos programas, é outra herança do formalismo oficial, caracterizador da primeira Republica. Durante quatro décadas de sua existencia, multiplicaram-se as plataformas de governos, que assumiam, em cada sucessão presidencial, aspecto de maior importancia e gravidade, envolvendo, na sua extensão, os problemas de ordem administrativa, financeira, economica e po-

litica. Apesar disso, sempre se governou sem programa e sem orientação definida, inteiramente á margem das necessidades e aspirações do país.

Não ha de concluir-se daí a inutilidade dos programas. Eles têm real valor se cumpridos integralmente.

Tambem não são essenciais quando os depositarios do poder publico traduzem suas intenções em átos concretos, reveladores de espirito construtivo, firmemente orientado. E' o caso do Governo Revolucionario. Sem haver compendiado normas de ação em clausulas rigidas e definidas, ele vem-se empenhando em vasta obra de reconstrução, já em parte realizada, e que abrange todos os sectores de nossa vida administrativa, financeira e economica. Com maior eloquencia que as palavras, falam os fátos. E, esses, aí estão para atestar a atividade proficua e ordenada do Governo Provisorio, que aspira ser julgado pelas suas ações, pelo seu trabalho eficiente e pelo esforço desenvolvido em pról do restabelecimento da Nação.

Para bem fundamentar qualquer juizo a respeito, é indispensavel não esquecer a situação encontrada pela revolução triunfante.

#### A HERANÇA RECEBIDA

O Brasil aproximava-se de inevitavel colapso, asoberbado pela derrocada financeira, pela crise economica e pela desordem administrativa.

Esboçando-a, reproduzo a exposição feita, em recente documento:

“Ao assumir a Chefia do Governo Provisorio, investido pela revolução vitoriosa, verifiquei que a situação do

país, conforme o povo a presentia e o optimismo official disfarçava, era de completo dismantelo: os orçamentos desequilibrados; as despesas publicas efetuadas á margem das formalidades legais; a desordem administrativa instaurada como norma; uma divida flutuante de total desconhecido; o credito, no exterior, abalado pela falta de pagamento de varios compromissos e por vultoso descoberto; as reservas ouro esgotadas; as rendas publicas em declinio; enfim, o desequilibrio das forças economicas, acarretando a depreciação de nossos principais produtos de exportação, e agravado pela ruinosa politica do café."

Impunha-se-nos, de inicio, ordenar a vida administrativa e propugnar pelo saneamento moral e material do país, com a adoção de medidas de efeito rapido e certo, com poder bastante para modificar costumes, métodos e processos prejudiciais. Cumpria-nos reduzir despesas, coíbir abusos, reformar serviços dispendiosos e sem eficiencia, equilibrar orçamentos, suprimir *deficits* e, sobretudo, simplificar, melhorando-a, a antiquada e ronqueira maquina administrativa.

#### A OBRA REALIZADA

Em trabalho silencioso, seguro e metodico, tudo se vem realizando. As despesas publicas sofreram córtes até limites jámais atingidos. Num ano, do exercicio de 1930 para o de 1931, reduzimo-las de quasi um milhão de contos de réis. Os orçamentos estão equilibrados; os serviços publicos remodelados com redução de despesa e maior eficiencia; as explorações industriais por conta do Estado aumentaram de renda, algumas já tendo seus *deficits* reduzidos e outras apresentando saldos. Criou-se a

Comissão Central de Compras, como aparelho compressor de despesas, e, sob sua vigilância, diminuíram-se os gastos com fornecimentos ás repartições publicas, de 30 a 40 %. Fundiram-se, com beneficio para o publico e vantagens para o Tesouro, os serviços de Correios e Telegrafos. O problema das sêcas mereceu providencias especiais e o plano organizado vem sendo posto em execução, metódicamente. Prolongada estiagem ha tres anos flagela o Nordeste, exigindo o emprego de medidas excepcionais para socorrer aquelas valorosas populações, genuinamente brasileiras. O Governo não tem poupado esforços para ampará-las e os empreendimentos, que ali se executam, ocupam a atividade de mais de 200 mil flagelados. A mobilização, que se vai fazer, de novos recursos, permitirá, em breve, por meio de trabalho em obras publicas, abrigar da miseria cerca de meio milhão de flagelados.

O saneamento da Capital mantém-se com a antiga eficiencia e a profilaxia da febre amarela, contratada para todo o país, está sendo feita com dispendio inferior ao que se destinava sómente a esta cidade. O ensino secundario e superior, modernizado nos seus métodos, passou por completa remodelação. Promulgaram-se as primeiras leis reguladoras do trabalho e das relações entre patrões e operarios.

Ainda mais, apesar do decrescimo das rendas, todo o funcionalismo vem recebendo pontualmente seus vencimentos, e estamos liquidando a divida flutuante das administrações\* anteriores e as provenientes das requisições militares da revolução de 1930. Sem emitir, sem contrair empréstimos, sem agravar o credito pu-

blico, já iniciamos a execução de diversas obras e melhoramentos de caráter inadiável, algumas paralisadas há muitos anos, e outras, até agora, relegadas ao esquecimento, mau grado os constantes apelos das populações por elas favorecidas.

A indústria e a produção nacional, depauperadas pela falta de estímulo e auxílios, têm sido, na medida do possível, socorridas e revigoradas. As providências tomadas para o amparo e desenvolvimento da indústria assucareira, do álcool-motor e do carvão nacional começam a produzir resultados animadores. O Governo Provisorio encarou, com animo decidido, o problema do descongestionamento dos *stocks* de café, consequência do ruinoso plano de valorização, cujo fracasso culminou na queda do regimen que o instituiria.

Como o assunto se prenda diretamente á estabilidade da nossa economia, não será demais expô-lo com pormenores:

Em 30 de junho de 1931, estavam retidos nos reguladores paulistas 18 milhões de sacas de café. A safra de 1931-1932 era avaliada, então, em 17 milhões e 500 mil sacas, o que representava, sómente para S. Paulo, uma disponibilidade de 35 milhões e 400 mil sacas, para uma exportação média-anual calculada em 9.500.000, donde resultava um *superavit* de 26 milhões, sem contar a quantidade retida dos demais Estados produtores. Da retenção de 18 milhões de sacas, verificada em 30 de junho de 1931, encontram-se atualmente pagas e pertencem ao Conselho Nacional de Café 12 milhões, isto é, dois terços do total retido, que vem sendo rapidamente reduzido. Até 30 de junho de 1932, o saldo

de 6 milhões deverá estar integralmente liquidado. Efetivamente, da safra paulista 1931-1932, no total de 17 milhões e 500 mil sacas, entraram em Santos ou foram vendidas ao Conselho, em São Paulo, até 31 de março de 1932, 9 milhões de sacas. Nos meses de abril, maio e junho, poderão liquidar-se mais de 3 milhões, aproximadamente. É lícito concluir daí, portanto, que, a 30 de junho do corrente ano, estará esgotado todo o *stock*, retido em 30 de junho de 1931, de 18 milhões de sacas e mais os 12 milhões da safra 1931-1932. Em consequência desse escoamento, restarão, em 30 de junho de 1932, nos reguladores paulistas, aguardando liquidação, apenas cerca de 6 milhões de sacas. Assim, provavelmente, em 30 de junho de 1933, não existirá por colocar *stock* algum.

Ultimadas regularmente essas operações, teremos solucionado uma das maiores crises da produção nacional e restituído á lavoura cafeeira a sua liberdade de comercio, sem arruinar-lhe a economia.

Convem registrar que, para o financiamento de semelhante iniciativa, não se efetuou qualquer operação de credito no estrangeiro, nem se recorreu a emissões. Tudo se conseguiu, mobilizando recursos internos, sob a responsabilidade do Banco do Brasil e garantia da taxa de 10 *shillings*, ainda assim não paga pelo produtor. O nivel dos preços não sofreu, contudo, modificação, acrescentando a circunstancia de se haver suprimido o tributo de 3 *shillings*, que pesava sobre o plantador paulista. Como se verifica, a ação do Governo Provisorio, desenvolvida em cooperação com o nosso principal estabelecimento de credito, foi decisiva nos seus efeitos, minorando progressivamente a crise de super-

produção do café, mediante o esgotamento paulatino dos grandes *stocks* acumulados.

Reflexo, em parte, da crise mundial, em parte, da baixa do cambio, a redução da importação, além de beneficemente determinar maior consumo de produção nacional, permitiu-nos valioso saldo na balança comercial. Concluimos o *funding* federal com a prorrogação por tres anos do prazo para o pagamento de juros e amortizações da divida externa e substituição dos titulos antigos por novos, negociaveis nas praças estrangeiras. Continuamos satisfazendo, pontualmente, em numerario, os compromissos não abrangidos pelo mesmo *funding*, o que importa em fortalecer o credito da União. Iniciamos, tambem, a revisão dos emprestimos externos dos Estados, para entrar em entendimento com os credores, dentro das possibilidades financeiras de cada unidade federativa. Realizada esta ultima operação, esperamos obter saldo positivo na balança de pagamentos e, em consequencia, a elevação de valor da nossa moeda, fáto já observavel, e a melhoria das condições de vida em geral. Ao mesmo tempo, procurando ampliar nossa exportação, por uma inteligente e proficua conquista de mercados, celebramos varios acordos comerciais, em condições que nos são altamente vantajosas.

Relativamente ás dividas externas dos Estados, a comissão respectiva já apurou, em casos de emprestimos contraídos por alguns, verdadeiros dislates, que precisam ser esclarecidos e sanados, a fim de que os Estados devedores sómente paguem aquilo que, real e honestamente, devem — razão suficiente para que a União se abstenha de assumir a responsabilidade de tais dividas

sem sujeitá-las a uma prévia revisão, que os próprios credores aconselham e almejam, como meio de regularizar, na medida do razoavel, pagamentos de ha muito suspensos.

A ocasião é oportuna para me referir á desorganização financeira e á depressão economica da maioria dos Estados da Federação, ao implantar-se o novo regimen. Não exagero, resumindo-as no seguinte quadro: administração pessima; politica, com raras exceções, oligarquica, estritamente partidaria, sem visar o interesse coletivo; desbarato dos dinheiros publicos e orçamentos deficitarios; a produção nacional estiolada pelas excessivas tributações e vitima ainda dos impostos interestaduais; deficiencia de transportes e ausencia de credito agricola.

A obra que se está realizando nesse terreno é realmente notavel e honra, sobremaneira, os administradores revolucionarios. Conseguiu-se o saneamento financeiro, com o equilibrio de quasi todos os orçamentos estaduais. As despesas improdutivas foram, energeticamente, cortadas e as rendas, com rigor, applicadas em obras de beneficio publico, dando, tudo isso, a impressão de que nova fase começa para a vida administrativa do Brasil.

Reportando-nos ás informações que acabamos de resumir, é justo reconhecer a consideravel e promissora alteração sofrida pelo país, no periodo decorrido da administração revolucionaria.

Os dados que abaixo reproduzimos constituem indice significativo da melhoria operada em nossa situação cambial. Em novembro de 1931, o dollar, a libra e o franco

eram cotados, respectivamente, a 16\$100, 60\$711 e \$637 e, em maio corrente, a 14\$340, 52\$423 e \$583. A cotação do café Rio e Santos, tipo 7, disponível em Nova-York, cotava-se, em novembro a 6 1/2c. e 6 1/4c. e em maio a 7 7/8c. e 8 1/8c. Nas mesmas datas, os títulos brasileiros dos *fundings* de 1898 e 1914 subiam de 73 e 59 para 81,10 e 67,10, enquanto as notas da caixa de estabilização, em circulação, baixavam de 129,789 para 80,862.

A solução da crise do café, a consecução do *funding*, o equilíbrio orçamentario, a rigorosa economia observada e varias outras medidas administrativas vigrantes ou prestes a entrar em execução deixam prever, sem excesso de optimismo, a melhoria proxima da nossa situação cambial, caso as ambições politicas, sob o pretexto de retorno apressado a um regimen já submetido a quarenta e tres anos de experiencia exemplificativa, não perturbarem a vida da nação. Se, apesar de tudo, tal acontecer, a culpa dos males, que acarretar, recairá sobre o impatriotismo dos seus provocadores.

Este rapido balanço evidencia o esforço do Governo Provisorio para seguir a diretriz, que se impoz, com o fim de resolver os problemas mais urgentes da administração do país, assistindo-o com providencias capazes de libertá-lo do caos financeiro e economico, em que se debatia.

E' evidente, no entanto, não estar completa a obra patriótica que o Governo Revolucionario tem o dever de realizar, honrando a investidura recebida da nação em armas, pronta a sofrer os maiores sacrificios, para se libertar, definitivamente, dos maus governantes que lhe embaraçavam o desenvolvimento, apenas preocupados em manter-se e continuar nas posições.

## O QUE RESTA FAZER

Sumariadas as realizações do Governo Provisorio, cabe-me, agora, informar-vos do que ele pretende ainda executar, até ser atingido o termo de sua gestão discricionaria.

Na parte referente á administração publica, tão intimamente ligada á restauração financeira do país, devemos completar a reorganização administrativa iniciada, ultimando a revisão dos quadros do funcionalismo e assegurando-lhe, ao mesmo tempo, plena garantia de seus direitos. A par disso, ordenar e coordenar os multiplos serviços publicos, racionalizando-lhes a administração, tendo-se em vista a afinidade das funções e mais perfeita conjugação de esforços, de modo a obter-se maior resultado em trabalho proveitoso. Dar nova organização ao Tesouro Nacional, estabelecendo o *contrôle* geral, rapido e certo, das rendas, meio indispensavel de informação ao Governo e até aqui, insufficiente e falho. Extender esse *controle* á vida economica e financeira dos Estados e Municipios para poder corrigir-lhes as demasias tributarias e conhecer-lhes o desenvolvimento economico, tão necessario á previsão das receitas federais. Revêr, simplificando, as varias leis fiscais, de fórmula a desaparecer o nefasto regimen atual de perene conflito entre o fisco e o contribuinte. Impôr metodos positivos á confecção dos orçamentos federais, dando-lhes carater de precisão e previsão, que nunca tiveram. Criar o Tribunal Administrativo e remodelar o Tribunal de Contas, de maneira a estabelecer um regimen pratico e eficiente de responsabilidade e fiscalização. Ultimar a revisão dos contratos

federais de serviços, sem postergar direitos, mas estabelecendo garantias solidas em beneficio dos interesses do Estado e do publico. Efetuar nova discriminação das rendas federais e estaduais, formulando a revisão geral do nosso sistema tributario, problema capital, já entregue ao exame de uma comissão de tecnicos, composta de homens eminentes no trato dos negocios e da administração publica, que elaboram o projeto a servir de base ás providencias do Governo.

Entre as reformas de ordem economica, pretende o Governo Provisorio transformar o regimen bancario, permitindo a expansão do credito por todo o país, e não, como se fazia até agora, apenas circunscrito ás capitais da União e dos Estados. Para forçar a penetração do credito no interior, levando auxilio direto ao produtor, é mistér tornar mais flexiveis as instituições bancarias, por intermedio de aparelho especial, que será criado para esse fim, unico meio de evitar-se as crises que, com variavel intensidade, se têm manifestado em outros países. Completarão essas medidas revigoradoras da nossa de pauperada economia, a criação de bancos especializados, de acôrdo com as necessidades a atender, principalmente, de credito agricola em geral, com intuito determinado de promover o surto de novas riquezas agricolas e amparar as industrias de produção existentes: café, assucar, cacáo, alcool-motor, pecuaria e seus derivados. Além disso, pretendemos, cada vez mais, intensificar, nacionalizando-as, a pesquisa e a exploração de minerios, em cujas jazidas inexploradas se oculta segura fonte de riqueza.

Visando ainda vantagens de ordem economica, a revisão tarifaria, a que se procede, obedecerá, duplo

critério: prevalecendo para certas mercadorias apenas o objetivo fiscal de produzir renda e, para outras, provenientes de indústrias genuinamente nacionais, sómente a elas será aplicado regimen moderadamente protecionista.

Comissões técnicas estudam diversos e relevantes assuntos, para oportunamente submetê-los á decisão do Governo. Entre os de maior importancia destacam-se: a revisão dos principais institutos de nossa legislação civil, comercial e criminal; a siderurgia nacional; o exame dos orçamentos, tributação e limites estaduais.

O Exército e a Marinha, como organizações em que repousam a integridade e a ordem da nação, têm merecido cuidados especiais no tocante a seu aparelhamento. Para mais rapidamente atingir-se tal finalidade, criam-se varias indústrias militares especializadas. Técnicos de reconhecida competencia esboçarão um plano geral de reconstrução e remodelação do país, conjugado com o seu desenvolvimento economico, para ser executado, parceladamente, em varios exercicios financeiros, devendo ter início ainda na atual administração.

Planeja-se a reorganização da nossa marinha mercante, visando o melhor aproveitamento da sua tonelagem, a redução dos fretes e aquisição de algumas novas unidades.

Proseguir, sem desfalecimentos, no trabalho racional e sistemático de combate aos males da sêca que, periodicamente, vitimam o Nordeste, estabelecendo um regimen absoluto de continuidade nas providencias e obras preventivas a executar.

Levar a efeito, praticando-a como um apostolado, a defesa sanitaria — saneamento e higiene — extenden-

do-a, principalmente, ás populações rurais, até hoje abandonadas e, pelo aperfeiçoamento eugenico da raça, apressar o progresso do país. Para dar realidade a essa velha aspiração, foi criada uma taxa especial, com a capacidade de fornecer os recursos necessarios.

Dar início, com o emprego de medidas energicas e inteligentes, á solução do problema da educação nacional. Deve ser criada, ainda este ano, a Universidade do Trabalho, como base do ensino tecnico profissional. Procura tambem o Governo interessar, na difusão do ensino primario, a União, o Estado e Municipio, imprimindo-lhe a indispensavel unidade, já conseguida, com a última reforma, no ensino superior e secundário.

No dominio juridico, esforçamo-nos por estender as normas de independencia e autonomia estabelecidas para a Justiça Federal e local da Capital da Republica, ao resto do país, lançando as bases da futura unidade judiciaria. Na esfera social, continuaremos a promulgar legislação apropriada de defesa e garantia ás classes trabalhadoras.

Eis, em sintese, o programa que ainda pretende cumprir o Governo Provisorio, e, para executá-lo, não poupará esforços, agindo e trabalhando, serenamente.

E' de inteira justiça salientar a hõa vontade, o elevado patriotismo, o desprendimento e a abnegação com que o povo brasileiro tem suportado os sacrificios exigidos pelo bem geral, atendendo ao apelo do Governo instituido pela revolução, seguro de que o inspiram os nobres interesses da Patria, interesses que se fundem com os grandes ideais historicos da nacionalidade.

## O JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO

Ainda não chegou o momento dos juízos definitivos sobre a revolução, no seu determinismo, no seu desdobramento, no seu impressionante desfecho. A história aguardará, do tempo, para o seu veredictum, que seja encerrado o vasto e completo inquerito desta fase da vida nacional, agitada tanto pelos ideais quanto pelas paixões.

As sentenças decisivas acerca de homens, de ações, de corporações, de partidos, de acontecimentos, de resultados espirituais e materiais de toda ordem, verificados no cenário brasileiro do presente, serão formuladas por uma crítica futura sobranceira a personalidades, exclusivismos, preferências ou preconceitos, de zona, de classe, de partido, de seitas. E' cedo, ainda, para ser feita a história da revolução e das causas que a determinaram.

De mim direi que, quando, ante os atropelos e desmandos do Governo deposto, a revolução se impoz como unica solução digna para o país, sempre me recusei a lançar meu Estado, de cujos destinos me incumbia a defesa, num movimento isolado, sem o apoio e a solidariedade das outras circunscrições federativas.

Para comprovar tal asserção, bastar-me-ia invocar o testemunho de todos os elementos civis ou militares que me ouviram e auxiliaram nessas horas incertas e atribuladas. Sempre pensei e atuei para que a revolução tivesse o cunho e a extensão de um movimento nacional.

E assim ocorreu.

Julgada inevitavel a reação armada pelos Governos de Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul, e ajustada a

necessaria convergencia de esforços reciprocos, em torno deles se articularam as formações revolucionarias dos outros Estados.

No trabalho de preparo e organização de planos e forças, desempenharam papel salientissimo pela experiencia e pela abnegação os diversos elementos militares que se incorporaram ao movimento.

Parte precipua no desenvolvimento da campanha coube á propaganda civica promovida pela Aliança Liberal, constantemente estimulada pelos atos de provocação e violencia, partidos dos poderes dominantes.

A revolução não foi, todavia, nem militarista, nem civilista ou regionalista: foi nacional, *brasileira*.

Ninguem, portanto, ousará invocar direitos em relação a ela, para lhe imprimir rumos exclusivistas.

O Chefe do Governo Provisorio não é, nem podia ser, contrario á volta do país ao regimen constitucional. Não lhe cabia, porém, impôr criterios pessoais. Incumbelhe, no entanto, como missão primordial, auscultar os sentimentos do povo brasileiro, ouvir o parecer dos *leaders* revolucionarios que mais fielmente os interpretam e agir de acôrdo com a maioria da opinião publica e, muito principalmente, no sentido de satisfazer ás necessidades vitais do país. O periodo ditatorial tem sido util, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de dificil ou tardia execução dentro da orbita legal. A maior parte das reformas iniciadas e concluidas não poderiam ser feitas em um regimen, em que predominasse o interesse das conveniencias politicas e as injunções partidarias.

Desejo, apenas, traduzir em atos o programa administrativo que a revolução exige, para, em seguida, entregar o país, reconstituído e renovado, ao exercício normal de suas atividades e confiá-lo a seus legítimos mandatários, escolhidos pelas urnas.

Primavam, sobre todos, ao inaugurar-se a Nova Republica, os problemas atinentes á economia e ás finanças do país, que deveriam ser resolvidos antes de qualquer acomodação entre as influencias divergentes na esfera partidaria. Em periodo de restauração financeira, a exigir, sem protelações, o emprego de medidas extremas, de efeito rapido, fazia-se necessario um governo armado de poderes especiais, para realizá-la. Em França assim ocorreu, quando foi da quéda vertiginosa do franco, salvando-se esse país da derrocada iminente, com a ditadura financeira do Governo Poincaré, em que as leis de emergencia eram formuladas pelo Gabinete, sem passarem pelo Parlamento. Na tradicionalista Inglaterra, ainda recentemente, para fins semelhantes, operou-se uma revolução pacifica, estabelecendo-se novos rumos para satisfazer ás exigencias do momento de crise e abandonando-se a velha politica dos partidos. Quanto aos Estados Unidos, no momento dificil que atravessam, a colaboração do Congresso apresenta-se pouco expressiva com referencia á applicação das medidas julgadas indispensaveis ao restabelecimento do seu equilibrio economico tomadas diretamente pelo Chefe do Governo. E isso ocorre em países considerados como padrões em materia de constitucionalismo. A ditadura instalou-se, hoje, como fórma providencial de Governo, impondo-se a nações de intensa cultura social e solido aparelhamento

democratico. Embora surgido da revolução, o Governo Provisorio nunca a considerou regimen applicavel ao Brasil, nem procurou organizar-se visando semelhante *desideratum*. O proprio qualificativo de *provisorio*, que adotou, é disso demonstração insofismavel. Em todas as ocasiões — e foram multiplas — em que o seu Chefe teve de manifestar-se em publico a respeito, timbrou, invariavelmente, em apresentar-se como detentor transitorio de uma magistratura que a revolução lhe outorgára para desempenho de determinada missão e pratica de determinado numero de átos.

#### A CONSTITUCIONALIZAÇÃO

Eleito pelo povo, no pleito de 1º de março, e esbulhado pela violencia e a fraude, nunca pretendi manter-me indefinidamente no exercicio dos poderes discricionarios que a revolução me delegou. Todas as vezes em que me dirigi ao povo brasileiro, em manifestos, discursos ou declarações á imprensa, jámais ocultei o meu desejo de que o país voltasse á ordem constitucional.

Ao assumir a Chefia do Governo Provisorio, em 3 de novembro de 1930, resumindo os pontos primaciais do programa de reconstrução nacional a executar-se, assentava este item: "Feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha dos seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem á revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades publicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do Governo central".

Identica afirmação reproduzi em 2 de janeiro de 1931, ao agradecer a honrosa homenagem que me foi

prestada pelas classes armadas: "O programa da revolução reflète o espirito que a inspirou e traça o caminho para o resurgimento do Brasil: institue o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho, deixado ao desamparo pela inercia ou pela ignorancia dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibaritismo dos politicos gosadores; impõe a invulnerabilidade da Justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regimen representativo com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias politicas e estabelecendo ainda a representação por classes, em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como maquina, aperfeiçoando-a para produzir mais e melhor, e restituindo ao elemento homem a saude do corpo e a consciencia da sua valia, pelo saneamento e pela educação; e restabelece, finalmente, o pleno goso das liberdades publicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça.

Em rapida sintese, eis os lineamentos da obra que o Governo Provisorio, com a colaboração eficiente de todos os bons brasileiros, pretende levar a efeito, usando de poderes discricionarios e tendo em vista, exclusivamente, reintegrar o país na posse de si mesmo".

Mais tarde, em 4 de maio, empossando as Comissões Legislativas, acentuava: "Já se ouve proclamar a necessidade de reconstruir o nosso edificio constitucional. Os materiais a ele destinados, sobresaindo, entre outros, a reforma eleitoral, passarão, agora, pelas vossas mãos,

num primeiro selecionamento. E' trabalho este indispensavel á perfeição da obra futura, que precisa ser delineada com vagar e sabedoria, sob pena de a construirmos precariamente. Pretender apressar, com acoadamento a volta ao constitucionalismo, seria, talvez, recair na amarga experiencia do regimen anterior, tornando inuteis os sacrificios impostos pela revolução. O saudosismo dos politicos decaídos, procurando precipitar a marcha dos acontecimentos, traduz, sómente, a esperança do retorno ás delicias faceis do poder. Não faremos construção duradoura, se a não levantarmos com esforços leais e edificante sinceridade.

Tudo virá ao seu tempo. O regresso ao regimen constitucional é aspiração comum. Realizar-se-á, porém, com o desenvolvimento logico dos fatos, sob o amparo de uma nova mentalidade saturada das idéas e dos principios renovadores, consagrados pela revolução, e, jamais, como feira de sinecuras, ao livre dispôr dos sem trabalho da politica".

No almoço da Associação Brasileira de Imprensa, realizado em 20 de setembro, tive ensejo de encarar o assunto com maior amplitude e de modo a não deixar duvidas sobre a sinceridade e coerencia das minhas intenções: "O senso da oportunidade aconselha-me, tambem, a falar-vos sobre o controvertido assunto da constitucionalização do país. Tenho mantido a esse respeito constante coerencia. Repito, agora, o que sempre disse, desde o periodo inicial da minha ascensão ao governo: a constitucionalização virá a seu tempo, naturalmente, como termo final de uma serie de átos preparatorios, que a devem anteceder."

A reiteração do mesmo pensamento foi cabalmente selada com esta frase do meu discurso de 3 de outubro, na solenidade do Teatro Municipal, comemorativa do primeiro aniversário da revolução: "Exercito e Armada sabem que só assumi o poder para realizar os imperativos revolucionarios, e o povo brasileiro confia na minha ação, pois aspiro, tão sómente, a preparar o país, para devolvê-lo á sua soberania."

E os átos corresponderam ás palavras.

Para chegar até lá, não descurou o Governo da sua missão oportunamente atendendo a um dos seus termos principais, consagrado no programa da Aliança Liberal: a reforma eleitoral.

Era do consenso geral proclamar-se que uma das causas geradoras dos males do regimen se encontrava na ausencia de legitima representação. Exigia-se uma lei eleitoral saneadora dos nossos costumes politicos, que consagrasse o direito de livre manifestação da vontade eleitoral, pela instituição do voto secreto e de outras garantias assecutorias da sua validade e poder. Ainda aí, o Governo Provisorio não se descuidou em satisfazer aos reclamos justos e antigos da opinião brasileira, pois, tres mêses após a sua instalação, isto é, em fevereiro de 1931, foi organizada a comissão incumbida da reforma eleitoral, composta do eminente Sr. Assis Brasil, uma das maiores expressões de elevação mental e de dignidade civica da vida politica brasileira, do Professor João Cabral, especialista em estudos dessa natureza e do conhecido publicista Mario Pinto Serva. Essa comissão sómente em 8 de setembro entregou o seu trabalho ao Governo, que o publicou, sem demora, durante tres mêses,

para receber sugestões. Terminado esse prazo, ele voltou ainda á referida Comissão para proceder ao exame das emendas e substitutivos apresentados. Ocorrendo, logo após, a substituição do Ministro da Justiça, o novo titular da pasta, o ilustre Dr. Mauricio Cardoso, auxiliado por outra comissão, efetuou cuidadosa revisão do projeto do Codigo Eleitoral. Devolvido, enfim, ao Chefe do Governo, que tambem o examinou com minucia, propondo algumas emendas, foi sujeito a uma ultima revisão e definitivamente aprovado pelo Decreto n. 21.076, que entrou em vigor em 26 de março do corrente ano. Por Decreto n. 21.302, de 18 de abril ultimo, autorizaram-se as verbas de subsidio para a criação do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais Eleitorais, abrindo-se o necessario credito. Feitas as nomeações para esses Tribunais, iniciou-se o trabalho de alistamento. Dentro de um ano, poderão, finalmente, realizar-se de acôrdo com o Codigo Eleitoral, as eleições fixadas para 3 de maio do ano proximo. O prazo marcado consigna tempo suficiente para consecução de alto coeficiente eleitoral.

Nestes termos, posta em execução a lei eleitoral, fixado o dia para a realização das eleições, entrará, necessariamente, o país numa fase de atividade politica a que o Governo se conservará extranho, colocado acima dos partidos, afastado das competições deles e coerente com as idéas inspiradoras da revolução.

#### A SITUAÇÃO ATUAL

A reação que se observa na vida economica do país já apresenta caráter de segura solidez. O saneamento fi-

nanceiro emprestou o almejado equilibrio aos orçamentos da União e dos Estados. Por outro lado, a severa applicação de normas administrativas moralizadoras imprimem seu cunho regenerador na gestão dos negocios publicos.

A revolução, abalando profundamente o país em todos seus órgãos de vida e expansão, produziu mutações radicais na mentalidade do povo brasileiro e ampliou seus horizontes, pela consciencia que lhe deu do proprio valor e pela confiança na força que concentra para impor sua vontade. Marcado o prazo para a realização das eleições, nesse periodo, deve ainda processar-se, a fim de que melhor se evidenciem e preponderem os imperativos nacionais, a recomposição dos partidos politicos existentes, a formação de novos partidos e a organização das classes representativas dos interesses sociais e economicos. Partidariamente coordenadas, estas constituirão uma força, não sómente na defesa de seus legitimos objetivos, como tambem na salvaguarda dos interesses nacionais de que são elementos da maior relevancia, libertando-se, ao mesmo tempo, da intromissão no seu meio, dos politicos que apenas delas se aproveitam como massa eleitoral, jungida ás conveniencias e aos preconceitos faccionarios.

Esses movimentos salutaes da opinião publica contarão com o aplauso do Governo que lhes assegurará ampla liberdade de desenvolvimento, por fórmula a garantir a eficacia dos processos de representação. Tres fatores novos produzirão, talvez, resultados desconcertantes e imprevistos aos manipuladores de eleições: o voto secreto, o voto feminino e a representação proporcional. O primeiro liberta o votante da influencia

compressora do cacique eleitoral, permitindo-lhe exercitar conscientemente o mais sagrado dever cívico; o segundo mobiliza novas reservas de energia social que desempenharão o papel altamente oportuno de grande força conservadora, agindo em defesa das tradições imortais da nacionalidade; o terceiro assegura a representação das verdadeiras minorias de opinião, ás quaes está reservada uma grande função, até hoje desconhecida na vida politica da Republica.

Atento ás condições de vitalidade e resurgimento das energias nacionais, a elas condicionei a norma de ação que me impuz e da qual, aqui, presto contas ao povo brasileiro, dizendo-lhe o que encontrou, o que fez e está fazendo o Governo Provisorio, as diretrizes seguidas e o programa de ação revolucionaria que executou, renovador da vida do país e de acôrdo com os seus interesses superiores. Para vencer as mais dificeis situações, não propuz acôrdos, não solicitei apoios, nem atendi a intimativas.

Iludem-se os que pensam fazerem os verdadeiros revolucionarios objeções á constitucionalização do país. Eles não temem o regimen das garantias normais e o imperio da lei. Concordariam até com o revigoramento da constituição de 24 de Fevereiro, emquanto se processasse a sua revisão. Temem, no entanto, a volta aos Congressos inexpressivos, aos conciliabulos politicos, aos pactos impostos pelas exigencias das facções e pelo exclusivismo dos partidos, sobrepondo-se ao interesse impessoal da nacionalidade.

A ultima crise ocorrida manifestou-se logo após á promulgação do Codigo Eleitoral e a perturbação que

produziu teve o efeito, sobretudo, de retardar-lhe a execução. Aludo ao fato para não perder a oportunidade de acentuar que a reconstrução política do país só pode processar-se, proveitosamente, em ambiente de ordem e de serenidade.

#### EM CONCLUSÃO

De tudo se conclue que o Governo Provisorio sempre se preocupou com preparar a volta do Brasil á legalidade, traçando, clara e firmemente, as linhas fundamentais do futuro edificio constitucional.

Ao empossar-me no Governo, o poder legislativo desaparecera, irremediavelmente dissolvido pela força dos acontecimentos. O decreto cassando-lhe as regalias e proibindo o funcionamento do Congresso veiu apenas confirmar, oficialmente, um fato consumado. Inoportuna fôra, portanto, nem encontraria ambiente favoravel, a reconstrução imediata do custoso aparelho legislativo que, com os aplausos do povo, tombára corroído pelos proprios erros, justo castigo aos atentados que praticára contra o regimen.

Acresce, além disso, não ser objetivo da revolução triunfante a mudança de homens e, sim, a substituição organica e profunda de métodos, de processos e normas de vida publica.

Sabe tambem o Governo que interpreta, exprime e defende os superiores interesses nacionais, em intima e perfeita correspondencia com as necessidades, os sentimentos e as aspirações do país. Ferido nas suas fontes de vida, abalado até aos fundamentos da sua estrutura legal, exposto interna e externamente a influencias anar-

quicas e depressivas das suas energias, ele reclama providencias salvadoras de largo alcance, exige dos dirigentes ação vigorosa, sadia, prudente e imparcial, e espera de todos os seus elementos representativos, classe a classe, uma fecunda convergencia de esforços desinteressados pelo resurgimento nacional.

Já foram percorridas vitoriosamente as primeiras jornadas, reparadoras e defensivas, da obra revolucionaria.

A magna causa continúa a exigir, entretanto, a esclarecida solidariedade de toda a Nação. O Governo Provisorio, consoante já formalmente assegurei, vai entrar no terreno da reconstrução legal. A lei eleitoral está sendo executada. O alistamento revestir-se-á de rigor imprescindivel á sua autenticidade, obedecendo ao espirito genuinamente republicano que tem presidido e presidirá até ao fim á regeneração organica e espiritual de nossa Patria.

De par com a realização do alistamento, uma comissão de notaveis, com o imprescindivel concurso de todas as correntes de opinião, irá elaborando um projéto de constituição para submetê-lo ao exame da futura constituinte. A esta caberá dizer a ultima palavra sobre o pacto fundamental da nova Republica, que deverá fixar nos seus textos as tendencias predominantes do pensamento nacional.

A reorganização constitucional do país precisa assentar na consciencia coletiva, livremente expressa e atendida, para não se converter em obra de extremistas, nem de sectarios de qualquer proveniencia.

Não deverá, nem poderá ser,—nem será, de certo, sob as inspirações e o predomínio esclarecido do espirito brasileiro,— uma restauração de institutos decrépitos, pela

volta a velhos metodos e temas obsoletos, nem uma improvisação abstrata, sem base na realidade nacional; mas, uma renovação politica que saiba equilibrar as lições da historia e as soluções da época que atravessamos, os caractéres de um nacionalismo superior com as reformas e conquistas operadas mundialmente no campo das questões sociais e economicas.

Atravesse tranquila a Nação esta hora decisiva; pois o Governo, conscio de sua elevada missão, apto para o cabal desempenho de suas arduas funções, tudo envidará pela prosperidade e grandeza do Brasil.

*Getulio Vargas.*

---